



REPÚBLICA REPÚBLICA

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Militância política e teórico-científica da educação no Brasil

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-501-3

DOI 10.22533/at.ed.013202610

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III. Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 01 de “***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 01 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO ESCOLAR E A COVID-19: DINÂMICAS DE TRABALHO E DESAFIOS PROFISSIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020	
Giliard Sousa Ribeiro Maria Carolina de Andrade José	
DOI 10.22533/at.ed.0132026101	
CAPÍTULO 2	14
A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO	
Aline Michelle Dib	
DOI 10.22533/at.ed.0132026102	
CAPÍTULO 3	27
INCLUSÃO ESCOLAR – UM DESAFIO POSSÍVEL	
Emera Maria Pinto de Moraes Almeida Benedita Debora Pinto de Moraes Costa Maria Aparecida Moraes Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0132026103	
CAPÍTULO 4	32
VOZES DO PODER: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA MÍTICA “CALÇA MOLHADA” DO MOLA, EM CAMETÁ-PARÁ	
Mix de Leão Moia Francisco Wagner Urbano José Luiz de Moraes Franco Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler	
DOI 10.22533/at.ed.0132026104	
CAPÍTULO 5	41
PERSPECTIVA EDUCACIONAL CTS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Sueli da Silva Costa Guilherme Uilson de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0132026105	
CAPÍTULO 6	53
DESAFIO CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERCULTURAL NA AMAZÔNIA COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0132026106	
CAPÍTULO 7	65
A INVISIBILIDADE DA PRESENÇA INDÍGENA NO IEAA/UFAM	
Eulina Maria Leite Nogueira	

Luciane Rocha Paes
Kellyane Lisboa Ramos
Tarcísio Luiz Leão e Souza
DOI 10.22533/at.ed.0132026107

CAPÍTULO 8..... 79

A INDÚSTRIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ana Paula Speck Feijó
Fabiani Figueiredo Caseira
Joanalira Corpes Magalhães
Paula Regina Costa Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.0132026108

CAPÍTULO 9..... 88

O ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nara Hilda Batista Rocha
Adriana Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0132026109

CAPÍTULO 10..... 101

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreia Cristina Pontarolo Lidoino
Alexandre Gomes Daniel
Nilcéia Frausino da Silva Pinto
Priscila Dayane Rezende Gobetti

DOI 10.22533/at.ed.01320261010

CAPÍTULO 11..... 115

ENTRELAÇAR ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nilvania de Jesus Santos
Alexandre Américo Almassy Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261011

CAPÍTULO 12..... 125

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Edineide Rodrigues dos Santos
Elizete Guedelha de Lima
Rizia Maria Gomes Furtado

DOI 10.22533/at.ed.01320261012

CAPÍTULO 13.....	136
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A REALIDADE DE UMA ESCOLA DO/NO CAMPO	
Fabiana Muniz Mello Félix Roseli Ferreira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.01320261013	
CAPÍTULO 14.....	148
A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA APROXIMANDO SABERES SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO, ESPORTE E CONSTRUÇÃO CIVIL	
Antônio Azambuja Miragem Roberto Preussler Valter Antônio Senger	
DOI 10.22533/at.ed.01320261014	
CAPÍTULO 15.....	154
A TUTORIA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO DE MEDICINA DA UNIUBE: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Letícia Machado Dumont Izadora Cruz Andrade Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.01320261015	
CAPÍTULO 16.....	164
A FELICIDADE DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AMOR OU OPÇÃO	
Enilda Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01320261016	
CAPÍTULO 17.....	172
GESTÃO ESCOLAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POR UM OLHAR INCLUSIVO A CRIANÇA	
Rosana Clarice Coelho Wenderlich Caique Fernando da Silva Fistarol	
DOI 10.22533/at.ed.01320261017	
CAPÍTULO 18.....	180
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA	
Danielle Araújo Ferreira Marques Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.01320261018	
CAPÍTULO 19.....	189
SABERES NECESSÁRIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE	
Eva Batista dos Santos Silva Gleici Simone Faneli do Nascimento Paulo Alberto dos Santos Vieira	

DOI 10.22533/at.ed.01320261019

CAPÍTULO 20..... 197

SABERES E PODERES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO SOCIAL NA UEPB/GUARABIRA

Luciana Silva do Nascimento

Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

João Matias de Oliveira Neto

DOI 10.22533/at.ed.01320261020

CAPÍTULO 21..... 210

ACESSO AO SUS POR PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA A PARTIR NORMATIVA N°2.803/2013

Daniel da Silva Stack

DOI 10.22533/at.ed.01320261021

CAPÍTULO 22..... 222

“PARA ONDE FORAM AS ABELHAS”? : O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO TEATRO DE DEDUCHES

Camila Oliveira Lourenço

Ana Flávia Santos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261022

SOBRE OS ORGANIZADORES 232

ÍNDICE REMISSIVO 233

NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Danielle Araújo Ferreira Marques

Universidade Federal de Goiás
Goiânia – Goiás

<http://lattes.cnpq.br/1473081683423606>
<https://orcid.org/0000-0002-9357-3742>

Carmem Lúcia Sussef Mariano

Universidade Federal de Mato Grosso
Rondonópolis – Mato Grosso

<http://lattes.cnpq.br/6604877443132931>
<https://orcid.org/0000-0003-4301-0869>

RESUMO: A implementação dos direitos de participação, liberdade e respeito de crianças e jovens nos contextos escolares ainda percorre uma série de dificuldades. O presente texto apresenta dados parciais de uma investigação apoiada nos Estudos Sociais da Infância, campo que compreende as crianças e jovens como uma categoria social subordinada que sofre impactos ante uma estrutura social marcada por desigualdades etárias, raciais, de gênero e de classe. A pesquisa analisou narrativas de estudantes do Ensino Médio de uma Escola Pública, de tempo integral, do Município de Rondonópolis-MT sobre as suas experiências e percepções de como os direitos de participação e expressão são vivenciados na escola. As narrativas foram coletadas por meio de entrevistas, sustentadas na pesquisa-intervenção. As análises indicam

que os jovens percebem sua participação em algumas atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na escola, principalmente naquelas relacionadas às disciplinas “eletivas” e nos “clubes de interesse”, o que é visto de maneira positiva por eles. No entanto, o mesmo não ocorre em relação às regras, normas e outras atividades na instituição, cujas decisões permanecem ainda restritas aos adultos, já que, em suas narrativas, os estudantes relatam que apenas são comunicados das decisões tomadas pelo corpo docente, coordenação e diretoria da escola. Ainda, trazem em suas narrativas que se sentem incapazes de pensar e construir regras coletivamente, o que denota o quanto os jovens são desqualificados pelos adultos enquanto sujeitos pensantes, o que é evidenciado, inclusive, na ausência de condições e canais para que tenham voz e participação qualificada na instituição escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Direito à voz e participação na escola, jovens como sujeitos políticos.

NARRATIVES OF STUDENTS ABOUT THE PARTICIPATION RIGHTS AT SCHOOL

ABSTRACT: The implementation of the rights of participation, freedom, and respect of children and the young in school settings still goes through a series of difficulties. This paper presents partial data from an investigation, grounded on the Social Studies of Childhood, field that comprehends children and the young as a subordinated social category which suffers impacts before a social structure marked by age, racial inequalities, of

gender and of class. The research analyzed narratives of High School students of a Public School, of full-time study, of the city of Rondonópolis-MT, about their experiences and perceptions of how the rights of participation and expression are experienced at school. The narratives were collected through interviews, sustained by intervention research. The analyses of the narratives indicate that the young perceive their participation in some activities of teaching and learning developed at school, mainly in the ones related to those “elective” or “clubs of interest” disciplines, which are seen in a positive manner by them. However, the same does not occur in relation to rules, norms and other activities in the institution, in which decisions still remain restricted to adults, since, in their narratives, the students report that they are only notified of the decisions taken by the teaching staff, coordination and principal of the school. In addition, they bring to their narratives that they feel incapable of thinking and constructing rules collectively, which denotes how much the young are disqualified by adults as thinking individuals, evidenced, moreover, in the absence of conditions and channels so that they have voice and qualified participation in the educational institution.

KEYWORDS: Youth, Right to voice and participation at school, the young as political individuals.

11 CRIANÇAS E JOVENS COMO SUJEITOS DE DIREITOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Reconheçamos que, nos avanços da gestão democrática, a presença e voz dos alunos muito pouco avançou (ARROYO, 2007, p. 42).

Afirmar que crianças, adolescentes ou jovens são cidadãos é um discurso frequentemente proclamado, porém, a efetivação da cidadania daqueles com menos de 18 anos ainda encontra uma série de dificuldades. Dentre outras razões, isso decorre do difícil reconhecimento desses indivíduos enquanto sujeitos de direitos, do pouco acesso ao poder na sociedade, assim como das representações construídas historicamente que os associam à irresponsabilidade, irracionalidade, incapacidade e imaturidade.

Muito embora o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) tenha proclamado, pela primeira vez, os direitos-liberdade (RENAUT, 2002) consubstanciados nos direitos de “[...] ter liberdade de opinião, de expressão, de pensamento, de informação, de associação, de religião, de objecção de consciência, de reunião e, inclusivamente, de respeito pela vida privada” (MONTEIRO, 2006, p. 149), a representação da criança e do adolescente como objetos somente de proteção parece ainda prevalecer com muita força no Brasil.

A Convenção configura um documento importantíssimo por trazer novas representações de infância e adolescência; por ultrapassar a perspectiva protecionista que prevaleceu nas Declarações dos Direitos da Criança de 1924 e 1959; e por ter sido fonte direta de inspiração na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), entretanto, foi negligenciada no debate em contexto nacional, seja na academia em geral, seja na mídia escrita, inclusive quanto à tensão instaurada pela outorga simultânea

de direitos de liberdade/participação e os de proteção (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

Uma das consequências desse cenário é que, no Brasil, pouco se tem debatido sobre de que maneira e em que medida as crianças e jovens participam ou poderiam participar da política e das decisões que os afetam, inclusive no que diz respeito a sua educação escolar, assim como sobre os direitos de participação e expressão nesse contexto.

Neste texto, são trazidas narrativas de jovens do Ensino Médio sobre as suas experiências e percepções de como os direitos de participação e expressão são vivenciados na escola. É importante ressaltar a recente reforma do ensino médio, de iniciativa do governo federal, por meio da Lei nº 13.415/2017, cuja proposta se pauta na indução à formação técnica, no fomento à Escola em Tempo Integral e no estímulo do “protagonismo juvenil”, e que está sendo implementada em algumas escolas do Estado do Mato Grosso sem que os jovens fossem ouvidos.

O aporte teórico dos Estudos Sociais da Infância deu sustentação à pesquisa (MARQUES, 2018). Esse campo vem se utilizando da nomenclatura infância tal qual a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que designa criança todo sujeito até os 18 anos de idade e compreende as crianças e jovens como atores sociais, pertencentes a uma categoria social subordinada que sofre impactos ante uma estrutura social marcada por desigualdades etárias, raciais, de gênero e classe (SIROTA, 2001; QVORTRUP, 2011; PINTO, 1997; SOARES, 1997).

Lourdes Muñoz (2006) destaca um novo interesse da sociedade pelo bem-estar das crianças em decorrência do aprofundamento dos seus direitos, mas, também aponta, enquanto fator de transformação na maneira de se conceber essa categoria social, a existência de uma inquietude dos adultos em relação aos comportamentos das crianças e adolescentes.

Partimos da consideração de que crianças e adolescentes ocupam uma posição subordinada na sociedade ocidental contemporânea que decorre, entre outras razões, do modo como os adultos se relacionam com essas categorias etárias e das representações sobre elas construídas. A falta de poder e voz de crianças e adolescentes é pouco problematizada, o que contribuiu para que a participação nos assuntos de seu interesse não seja incentivada, nem mesmo considerada. Particularmente no contexto brasileiro, é preciso avançar no sentido de que reconhecer a cidadania de crianças e adolescentes implica em assegurar-lhes voz e participação e considerar seriamente suas expressões. Tal posição em nada se equipara com uma postura permissiva diante deles, mas em compromisso com um processo de construção da responsabilidade, conforme Janusz Korczak já salientava no início do século passado:

[...] o principal e mais indiscutível dos direitos da criança é o que lhe permite exprimir livremente as suas ideias e tomar parte ativa no debate sobre a apreciação de sua conduta e punição. Quando o respeito e a confiança que lhe devemos forem uma realidade, quando ela própria se tornar confiante,

grande número de enigmas e de erros desaparecerão (KORCZAK, 1997, p. 46).

Consideramos a academia um ator privilegiado para provocar mudanças na sociedade, entretanto, conforme sugeriu Dias (2015) em sua investigação sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (DCA) em artigos acadêmicos de educação, ainda tem sido bastante incipiente o debate sobre os DCAs dentro dessa área do conhecimento.

Podemos inferir que tem sido escassa a contribuição da Educação para o debate acerca da temática dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA) [... pois] a produção acadêmica brasileira no campo da Educação pouco se preocupou em debater sobre marcos legais que priorizavam os direitos da criança [...]. É possível perceber no *corpus* analisado que ainda há uma tendência de naturalização da concepção segundo a qual os adultos ocupam na sociedade uma posição hierarquicamente superior à das crianças. [...] e] a Educação como um campo que ainda resiste às modificações ou que pelo menos vem promovendo mudanças de forma muito lenta e sem acompanhar as transformações ocorridas nas representações sobre a infância a partir dos novos paradigmas de crianças como sujeitos de direitos. [...] O campo da Educação ao abordar os DCA foca em temáticas e sujeitos associados à “situação de risco”, ao “desvio” e à violência, ou seja, para os sujeitos que outrora se encontravam em “situação irregular”, e do ponto de vista quase que exclusivo da proteção. [...] O campo da Educação ainda está distante de promover um debate crítico sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (DIAS, 2015, p. 98-100, grifos no original).

A escassez do debate pela academia contribui para a produção e reprodução de interpretações equivocadas da legislação, “levando ao risco da academia reproduzir o senso comum ou os discursos midiáticos, quando é seu papel institucional promover as reflexões mais aprofundadas e produzir discursos mais críticos” (DIAS, 2015, p. 100).

Qvortrup (2010) vem debatendo o quanto o modo protetor ao qual crianças e adolescentes vêm sendo submetidos nos últimos dois séculos tem como consequência o afastamento dos adultos e dos assuntos considerados sérios, especialmente a economia e a política, o que sustenta uma posição adultocêntrica nas relações adulto-crianças/jovens. Tal adultocentrismo pode ser identificado também nas teorias do desenvolvimento humano que concebem a criança como um ser inacabado, incompleto ou não totalmente humano (JENKS, 2002; ROSEMBERG, 1976).

Ainda, a tendência em enxergar as crianças e adolescentes como meros reprodutores passivos, desconsiderando o seu caráter inventivo e criador impacta, conseqüentemente, na maneira como são requisitados a participar das questões que as afetam, assim como aos demais membros da sociedade (QVORTRUP, 2011).

21 INVESTIGANDO “COM” CRIANÇAS E JOVENS

Partimos de pressupostos teóricos e metodológicos que consideram os sujeitos pesquisados coparticipantes do processo, protagonistas e atores sociais capazes de promover transformações em suas comunidades. Até pouco tempo, grande parte das informações e do conhecimento sobre crianças e jovens não era gerado a partir de suas próprias falas, devido sobretudo à falta de confiança em sua capacidade de participar de processos de pesquisas (MUÑOZ, 2006).

Considerando que crianças e jovens são parte de um grupo subordinado que possui consideravelmente menos poder de reivindicação e participação, inclusive nas decisões que lhes impactam diretamente, no processo de investigação, buscou-se repensar questões relacionadas à neutralidade, controle e relação de simetria/assimetria entre pesquisador (a)/pesquisados(as).

Corroboramos com o entendimento de Castro (2008) de que essa metodologia pode ser considerada um paradigma de pesquisa em que o pesquisador, ao investigar, não deixa também de intervir, não sendo possível, portanto, conceber uma “extemporaneidade” do pesquisador em relação ao ato de pesquisar.

Em um contexto específico de pesquisa com crianças, ou no nosso caso, jovens, as posições ocupadas pelo pesquisador e pelos pesquisados também se configuram em uma questão a ser problematizada. Essa relação assimétrica, em um contexto de desigualdade estrutural, reflete o que Castro (2008, p. 30) chama de “teia de determinações antagônicas”: ao mesmo tempo em que se busca alterar a posição de subordinação dos pesquisados, sabe-se, de antemão, que ela não pode ser totalmente erradicada, tornando-se, assim, um aspecto para análise.

Para Leny Sato (2008, p. 175), “formular perguntas e convidar à reflexão são formas de intervenção”. Analisando o estudo de Michel Thiollent sobre o “Questionário de 1880” elaborado por Marx para que operários da França falassem sobre as suas condições de trabalho, a autora destaca que

[...] as perguntas formuladas [...] pode não reduzir o respondente à posição de sujeito *social*, mas convidá-lo a ser um sujeito *cognoscente*, que, após defrontar-se com tais perguntas e com as respostas obtidas, modifica-se como sujeito social que pode intervir na realidade. [...] Nesse contexto, a intervenção dá-se por proporcionar, aos sujeitos que se vêem interpelados pelo questionário, a possibilidade de ler a realidade que vivem a partir de parâmetros que, eventualmente, sequer tivessem cogitado (SATO, 2008, p. 176, grifos da autora).

Nesse sentido, considera-se que a proposta desenvolvida vai além da busca por informações e dados que os jovens possuem, de maneira à unicamente conhecer determinada realidade, mas, também, procura promover reflexão e transformações sobre ela.

A partir desse contexto, assumindo as crianças e jovens como informantes qualificados, adotou-se a metodologia participativa da pesquisa-intervenção, utilizando-se de entrevistas com seis estudantes (3 meninas e 3 meninos) do 2º ano do Ensino Médio de uma Escola Pública de tempo integral no município de Rondonópolis-MT, com idades entre 15 e 16 anos.

A técnica de entrevista foi escolhida por considerarmos um instrumento adequado diante da complexidade das questões que buscamos tratar e da amplitude de aspectos envolvidos. Um roteiro de questões foi previamente elaborado, de maneira a nortear o diálogo, sem ser tomado, obviamente, de maneira rígida ou estanque, buscando discutir de forma ampla as experiências vividas pelos jovens na escola e as suas percepções sobre esse contexto.

3 I “TEM GENTE QUE NÃO LEVA MUITO A SÉRIO A OPINIÃO DOS JOVENS”

Uma das principais temáticas discutidas nas entrevistas realizadas com os jovens estava relacionada com a participação dos estudantes na instituição escolar, tendo em vista a proposta difundida no discurso reformista do Ensino Médio em fomentar o “protagonismo juvenil”.

As narrativas indicaram que os jovens percebem sua participação em poucas atividades de ensino-aprendizagem, quase estritamente relacionadas às disciplinas “eletivas” e aos “clubes de interesse”, que compõem o currículo do Novo Ensino Médio Integral. Mesmo essa pequena participação, é vista com entusiasmo por eles.

A gente sempre participa também [referência à organização das atividades] (R., 16M).

[...] as atividades ficaram melhores com os alunos participando também (CDM, 16M).

Em relação às regras e normas da instituição, ficou evidenciado, porém, que as decisões permanecem restritas aos adultos, já que, em suas narrativas, os jovens relatam que são apenas comunicados das decisões tomadas pelo corpo docente, coordenação e diretoria da escola, sem que lhes seja requisitada participação nesses processos.

Acho que eles não escutam muito a nossa opinião. [...] Não. Que eu saiba não. [...] Tem gente que não leva muito a sério a opinião dos jovens (I., 15F).

Só informou a gente, falou “agora o almoço vai ser reduzido e os intervalos de lanche também” (C., 16F).

Um elemento significativo nessas narrativas está relacionado à percepção dos jovens quanto à sua capacidade para a participação na elaboração das normas e regras da instituição. Apesar de afirmarem a importância de os alunos participarem nesses

processos, quando indagados como seria se pudessem fazê-lo, denotam que não se percebem competentes para isso.

[...] Acho que se a gente participasse mais tudo na escola seria melhor [...] Porque eu não sei pensar muito bem em regras, sabe. Tipo, ah, se fosse pra mim criar uma regra assim do nada, eu não conseguiria (I., 15F).

[...] se fosse a gente, os alunos que criassem as regras, quase não ia ter regra (R., 16M).

A gente ia acabar criando essas regras que meio que já existem né, mas a gente não segue (C., 16F).

Assim, os estudantes se veem como incompetentes para debater e construir regras próprias e participar das decisões em relação às normas e convívio na instituição. Essa percepção pode estar ligada ao fato de que participar de processos como estes na escola ou em outros espaços é uma possibilidade bastante inusitada para eles, nunca antes experienciada e menos ainda cogitada, contribuindo, nessa situação, para a legitimação de relações adultocêntricas.

Nesse sentido, Alain Renaut (2002) indaga:

[...] numa sociedade dos iguais, como limitar suficientemente o acesso da criança à igualdade para preservar as condições de possibilidade de uma relação educativa, sem que esta limitação induza, apesar disso, uma regressão em direção à concepção da autoridade parental e do poder escolar que não seriam compatíveis com os valores da igualdade e da liberdade? Sem dúvida é esta, precisamente, a complexidade inerente a esta 'dosagem' que melhor justifica que se possa apreender, nesta situação, os termos de uma nova crise da educação [...] (RENAUT, 2002, p. 281, grifos do autor).

Arroyo (2007) destaca que padrões e comportamentos são aprendidos através do exercício da liberdade e, nesse contexto, aponta para a limitação desse exercício para crianças e jovens no ambiente escolar. O autor adverte:

[...] Seria ingênuo e autoritário assegurar que criança não tem capacidade para julgar o que é verdadeiro e correto e que a mídia e nós docentes possuímos essa capacidade. Exatamente essa lógica da certeza e da autoridade está sendo contestada [...] Contestação que pode ter um significado especial nestes tempos em que os grandes sistemas de valores e de pensamento estão em crise (ARROYO, 2007, p. 164).

Nesse sentido, é premente que essa discussão alcance a comunidade escolar como um todo, ou seja, o corpo docente e a gestão da instituição, mas também os próprios jovens, de maneira que possam refletir sobre o exercício de seus direitos de participação, liberdade e respeito no contexto escolar.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ainda é incipiente a consideração dos jovens como atores sociais relevantes nos diversos ambientes em que estão inseridos. A escola, ainda que de maneira não arbitrária, pode funcionar como campo reprodutor das relações de dominação e poder existentes na sociedade, o que indica a necessidade constante de debater a consideração do conjunto de direitos garantidos a essa categoria etária, inclusive os de participação, expressão, respeito e liberdade.

Nesse sentido, é necessário atentar-se para o significado de tomar esses sujeitos enquanto atores sociais e o que isso deve representar para a comunidade escolar:

O respeito pelo estatuto da criança enquanto actor social, não diminui as responsabilidades do adulto. Coloca novas responsabilidades na comunidade adulta, para que estruture o ambiente da criança, guie o seu comportamento e permita a sua participação social de formas consistentes com a sua compreensão, interesses e modos de comunicação (WOODHEAD; FAULKNER, 2005, p. 23).

A consideração de crianças e jovens enquanto sujeitos de direitos nos espaços educativos somente deixará de ser algo quimérico quando canais forem abertos para que os jovens ajam como sujeitos políticos (QVORTRUP, 2010).

A escola, pela importância que possui na vida dos jovens e por sua relevância no contexto social, pode desenvolver mecanismos e metodologias que contemplem a escuta e uma maior e efetiva participação dos alunos nos processos de decisão e na construção de regras, contribuindo, inclusive, para que, ao sentirem-se corresponsáveis, encontrem neles maior sentido.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei 13.415**. Lei Federal 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

CASTRO, Lúcia. Conhecer, transformar (-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, p. 21-42, 2008.

DIAS, Livia Ferreira. **Os direitos da criança e do adolescente em artigos acadêmicos de educação**. 2015. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2015.

JENKS, Chris. Constituindo a criança. **Educação, sociedade e culturas**, v. 17, p. 185-216, 2002.

KORCZAK, Janusz. **Como amar uma criança**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARIANO, Carmem L. S. **Direitos da criança e do adolescente: marcos legais e mídia**. 2010. 267f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES, Danielle. **Direitos de jovens na escola de tempo integral: tensões e perspectivas em narrativas de estudantes de Ensino Médio**. Rondonópolis, 2018. 160p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso.

MONTEIRO, Lígia. **Educação e direitos da criança: perspectiva histórica e desafios pedagógicos**. 2006. 370f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Minho, Portugal, Minho, 2006.

MUÑOZ, Lourdes G. La nueva sociología de la infancia: aportaciones de una mirada distinta. **Política y Sociedad**, vol. 43, n. 1, p. 9-26, 2006.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**, 1989.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel e SARMENTO, Jacinto (Orgs.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga, Centro de Estudos da Criança, 1997, p. 33- 79.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 40, n. 141, p. 777-792, set/dez 2010.

_____. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, 2011.

RENAUT, Alain. **A libertação das crianças: a era da criança cidadão**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? **Revista Ciência e Cultura** (Separata), vol. 28(12). Educação como uma forma de colonialismo. Simpósio 28ª Reunião da SBPC, Brasília, 1976.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem L. S. A Convenção Internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693-728, 2010.

SATO, Leny. Pesquisar e intervir: encontrando o caminho do meio. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, p. 171-178, 2008.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 7-31, março, 2001.

SOARES, Natália Fernandes. Direitos da criança: utopia ou realidade? In: PINTO, Manuel e SARMENTO, Jacinto (Orgs.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga, Centro de Estudos da Criança, 1997, p. 75-111.

WOODHEAD, Martin; FAULKNER, Dorothy. Sujeitos, Objectos ou Participantes? Dilemas da Investigação Psicológica com Crianças. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, p. 1-28, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelhas 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Aprendizagem Interdisciplinar 148

Assistencialismo 14

Atendimento Educacional Especializado 28, 29, 31, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135

Autonomia 18, 21, 27, 45, 48, 53, 55, 63, 72, 107, 123, 132, 170, 195, 213, 218, 219

C

Cidadania 16, 30, 43, 44, 52, 55, 58, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 172, 174, 181, 182, 217, 220

Coletividade 45, 120, 136, 192

Coronavírus 1, 3, 5, 11, 12, 13, 15, 18, 26

CTS 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52

D

Desenvolvimento Humano 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 106, 127, 173, 183

Desenvolvimento Sustentável 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123

Diálogo 10, 41, 49, 83, 102, 121, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 149, 150, 151, 179, 185, 193, 194, 195, 205, 225, 229

Direito 5, 17, 21, 26, 28, 53, 54, 55, 57, 58, 63, 64, 67, 102, 117, 125, 126, 127, 131, 140, 151, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 198, 200, 205, 211, 214, 218

Docência Universitária 189, 196

Documento Referência Curricular 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113

E

Ecologia de Saberes 197, 198, 203, 205, 206, 209

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 85, 87, 88, 89, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 211, 219, 223, 225, 230, 231, 232

Educação Ambiental 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 144, 232

Educação do Campo 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147
Educação Inclusiva 28, 31, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 172, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Infantil 27, 30, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Profissional 41, 47, 48, 49, 50, 142, 149
Empoderamento 80, 197, 202
Ensino-Aprendizagem 4, 10, 88, 90, 98, 100, 153, 180, 185, 190, 223, 229
Ensino de Ecologia 222, 230
Ensino Remoto 1, 4, 5, 11, 15, 18, 22, 24
Ensino Superior 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 61, 62, 63, 65, 67, 73, 158, 160, 161, 189, 190, 191, 195, 196, 203, 232
Equilíbrio Ecológico 222, 224, 225, 229
Espaço Educativo 46, 51, 79

F

Formação Básica 6, 56, 148
Formação Continuada 6, 41, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 125, 128, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 167
Formação de Professores 4, 5, 41, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 72, 73, 77, 90, 112, 114, 125, 130, 131, 140, 189, 193, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 232
Formação Docente 62, 99, 104, 136, 138, 146, 163, 189, 194, 196, 207, 231
Formação Humanística 41, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 162
Formação Técnica 148, 150, 182

G

Gênero 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 180, 182, 189, 204, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221
Gestão Escolar 1, 6, 10, 13, 140, 172, 175, 176, 177, 179

I

Identidade 37, 78, 81, 136, 139, 140, 142, 145, 146, 153, 166, 168, 173, 175, 200, 201, 202, 208, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 221
Inclusão 14, 16, 17, 18, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 77, 80, 87, 94, 95, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 148, 151, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 219
Indígena 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 200
Integração Curricular 148

Interculturalidade 53, 58, 63, 64

J

Juventude 180, 187, 188

M

Medicina 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 205, 210, 211, 220

Mercado de Trabalho 15, 16, 24, 50, 79, 80, 86, 105

N

Narrativa 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40

O

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 115, 120

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 26

Participação 8, 29, 30, 42, 49, 50, 52, 67, 71, 72, 74, 82, 83, 86, 94, 98, 121, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 149, 152, 157, 176, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 229

Pessoa com Deficiência 27, 175, 179

Políticas Públicas 10, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 42, 56, 73, 101, 102, 103, 105, 106, 112, 114, 116, 146, 174, 175, 176, 177, 195, 210, 216, 219, 221

Pragmática 32, 33, 37, 38, 39, 40

R

Reconhecimento 15, 23, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 73, 74, 76, 112, 143, 165, 181, 204, 210, 218, 220

Representações Sociais 78, 154, 155, 156, 157, 158, 163

S

Sala de Recursos Multifuncionais 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135

Sexualidade 79, 81, 82, 83, 84, 86, 211, 214, 217, 219, 220

Sistema Único de Saúde 210, 211, 212, 220, 221

Sujeitos Políticos 180, 187

T

Teatro de Dedoche 222, 230

Tecnologia 1, 3, 4, 10, 11, 15, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 128, 129, 132, 134, 135, 148, 198, 232

Teoria Histórico-Cultural 88, 89, 90

Trabalho Docente 17, 90, 114, 176, 189

Transexualidade 210, 211, 213, 216, 217, 220, 221

Tutoria 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163

U

Universidade 1, 3, 12, 14, 16, 17, 19, 25, 32, 40, 52, 59, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 88, 115, 128, 135, 146, 154, 155, 156, 158, 172, 178, 179, 180, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 220, 222, 225, 230, 232

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 